

Francisco Dias, senhor da torre de Tatuapara: A tomada dos sertões e a cultura política imperial portuguesa na segunda metade do século XVII.

MICHELLE DE FARIAS SANTOS¹

1. Francisco Dias d'Ávila II, família e trajetória.

Era um homem “realmente muito pequeno” o coronel Francisco Dias d'Ávila, contou o Padre capuchinho Martin de Nantes em sua *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Mesmo com o corpo tão pequeno, que precisaria de tão “pouca fazenda para se vestir e tão pouca comida para se alimentar”, pretendia, a despeito de toda a riqueza que já possuía, usurpar “o pouco que resta aos índios de todas estas terras que lhes pertence pelo direito das gentes!” (NANTES, 1979, p. 60). A disputa com o capuchinho não foi a única em que se envolveu o dito coronel contra missionários em sua trajetória de sertanista, tampouco foi a primeira em sua família. Essas contendas eram frequentes entre os religiosos catequizadores e os colonizadores a serviço do Império, como foram os Ávilas, desde a chegada do primeiro em terras americanas, em meados do século XVI.

Foi Garcia d'Ávila quem primeiro chegou ao Brasil, em março de 1549, com apenas vinte e um anos, na caravana que veio comandada pelo governador-geral Tomé de Souza, de quem era protegido² (MONIZ BANDEIRA, 2000, p.79). Aos vinte e quatro já seria um dos homens mais ricos e poderosos da Bahia, possuindo dezenas de léguas de terras, quase duas centenas de cabeças de gado e uma tropa particular composta de índios pacificados. Pouco tempo depois de instalado nessas terras, fundou a uma distância de 13 ou 14 léguas ao norte de Salvador a fortificação que viria a se tornar a Casa da Torre de Tatuapara - ou de Garcia d'Ávila - cujas ruínas podem ser visitadas na Praia do Forte, no município de Mata de São

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia.

² Pedro Calmon e outros autores supõem ser ele filho bastardo de Tomé de Souza. Diversos indícios corroboram essa teoria, como o fato de que para ele foram deixadas em testamento várias das terras do governador, além do nome Garcia ser muito comum na família de Tomé de Souza. Há também o depoimento do padre Manoel da Nóbrega a respeito de Garcia d'Ávila, em que ele diz que vê-lo “é como ainda estar Tomé de Souza nesta Terra”.

João, no Estado da Bahia. Sua família se uniu a do português Diogo Álvares (conhecido também como Caramuru) - que vivia entre os indígenas e sobre eles exercia grande influência desde pelo menos 1509, quando supostamente sua caravela naufragara no litoral da Baía de Todos os Santos (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 37). Essa união aconteceu no consórcio entre sua filha Isabel d'Ávila, nascida de uma mulher tupinambá batizada com o nome de Francisca Roiz (Garcia d'Ávila não teve filhos legítimos com sua esposa Mécia Roiz), e o neto de Álvares e de sua esposa também nativa, Catarina Paraguaçu, Diogo Dias. Deste casamento nasceu Francisco Dias d'Ávila Caramuru, neto que viria a ser o herdeiro de Garcia d'Ávila, a quem ele legaria o morgado³ da Casa da Torre.

O Francisco Dias d'Ávila (o segundo com esse nome) do qual tratamos era, portanto, neto do primeiro Francisco. Ele nasceu provavelmente em 1648, mesmo ano em que foi batizado na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Torre de Garcia d'Ávila, como supõe Moniz Bandeira (2000, p. 157), levando em consideração que não era comum naquela época deixar uma criança pagã por muito tempo. Seus pais eram Leonor Pereira e Garcia d'Ávila (o segundo) e teve como irmãos Bernardo Pereira Gago e Catarina Fogaça (ela batizada em 1643). Aos onze anos de idade já acompanhava seu pai nas empreitadas pelos sertões, inclusive é possível que estivesse na expedição às margens do rio Salitre, da qual seu pai saíra ferido, no combate com os índios Cariris. Assim ele foi educado, “na escola dos desertos insondáveis” (BARROS, 1920, p. 61), para prear índios ou extirpá-los, na busca incansável por jazidas de minerais preciosos e no exercício de ampliação das propriedades da Casa da Torre e conseqüentemente, do domínio português. Isso não quer dizer que havia em Francisco Dias d'Ávila uma predestinação e que ele estaria então, desde a infância, fadado a ser o sujeito que se tornou quando adulto. Afirmar isso seria cair no artilho da “ilusão biográfica” da qual trata Bourdieu (1996, p. 184-191), sobre a qual discorreremos mais profundamente nas considerações teórico-metodológicas, e ignorar toda a influência que exerce o contexto e os demais agentes sobre as escolhas e direções tomadas pelo sujeito em sua trajetória de vida.

³ Segundo Raphael Bluteau (1728), em seu Vocabulário português e latino, morgado (ou bens de morgado) define-se como “bens vinculados de sorte, que nem se podem alienar, nem dividir, o sucessor justamente o possua na mesma forma e ordem que o instituidor tem declarado [...]”. Eram bens transmitidos pela linhagem primogênita masculina, quando esta não havia, a filha mais velha poderia herdar o morgado.

Em sua vida adulta, Francisco Dias d'Ávila foi coronel e, por diversas vezes, capitão-mor de entradas por todo o sertão nordestino. Para Basílio de Magalhães, ele foi “protagonista dos acontecimentos mais notáveis do *hinterland* setentrional brasileiro na segunda metade do século XVII” (MAGALHÃES, 1919, p. 293). Já em agosto de 1671, o governador Afonso Furtado de Mendonça mandou que o capitão João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco transmitissem a ordem de fornecer toda a ajuda a Francisco Dias d'Ávila e a seu tio, o Padre Antônio Pereira, à expedição que eles fariam à Serra de Picarará, em busca das minas de prata e a outras serras onde houvessem notícias da existência de pedras preciosas: “[...] e convém ao serviço de Sua Alteza que por todas as partes e caminhos, por onde fizerem a jornada, se lhes dê todo o favor e ajuda, mantimentos, índios, cavalgaduras, escravos e tudo o mais que lhe for necessário.”⁴

Estava no imaginário da população e das autoridades daquela época a existência de minas de prata em alguma localidade nas proximidades do Rio Salitre, afluente do Rio São Francisco, desde que Belchior Dias Moreira, neto de Caramuru e irmão do supracitado Diogo Dias, dera notícias dela sem, no entanto, revelar sua localização, vindo a falecer com esse segredo, no ano de 1622.

No ano de 1672, então com 24 anos, Francisco Dias d'Ávila recebeu do governador a patente de capitão da ordenança do distrito da Torre, que lhe dava poderes sobre os “oficiais maiores e menores, milícia deste Estado”⁵, em retribuição aos serviços prestados a Sua Alteza não apenas por ele, mas também por seu pai e seu avô. Mais tarde participou de uma grande expedição que percorreu o Vale do Cariri no Ceará, devastando aldeias, combateu tapuias e também enfrentou os guesgues no Riacho Piauí que se recusaram a aderir à fé católica e a prestar vassalagem ao rei de Portugal. Mais tarde enfrentou nove aldeias de diversas tribos no Sento Sé, aprisionando 624 índios.

Em 1674 recebeu outra patente, de capitão-mor da entrada que a Coroa mandou fazer às aldeias dos guarguaes nas margens do São Francisco. Em 1675, mesmo ano em que faleceu

⁴ Documentos Históricos, volume IV, p. 204 a 205.

⁵ Id., volume XII, p. 240 e 241.

seu pai, recebeu patente de coronel por ter vencido índios nas margens do São Francisco. Por seus serviços prestados à Coroa, o agora coronel Francisco Dias d'Ávila adquiriu mais léguas de terras e aumentou os domínios da Casa da Torre. Começou a ocupar o baixo Piauí, avançou por território dos atuais estados de Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. Em 1678, mesmo ano em que foi aceito como irmão na confraria da Santa Casa de Misericórdia⁶ (de onde viria a ser provedor em 1689), o General Roque da Costa Barreto, recentemente investido no posto de vice-rei do Brasil, encaminhou carta-patente a Francisco Dias d'Ávila para travar guerra contra os anaiós e quesques nas margens do Pajeú. Cada nova conquista significava mais terras de sesmarias para os domínios da Casa da torre.

Em meio às expedições ocorreu o episódio do “raptó” de sua sobrinha Isabel d'Ávila, de 15 anos, filha de sua irmã Catarina Fogaça que, viúva, vivia com ele em Tatuapara. Isabel fora levada por Manuel Pais, rapaz de origem pobre - que frequentava a casa, pois era amigo de Francisco Dias d'Ávila -, juntamente com duas escravas, um cavalo, roupas e joias de valor. Esse sequestro assumiu caráter político, já que contou com a conivência de personalidades proeminentes da Bahia, como o capitão Manoel de Barros da França, vereador mais velho da Câmara da Bahia, que hospedou o casal em sua casa.

Aos 31 anos Francisco Dias d'Ávila já tinha três filhas ilegítimas, Francisca, Clemência e Albina, nascidas provavelmente de mulheres nativas pelos sertões por onde passara ou de suas escravas índias. Somente em 1681 Francisco Dias d'Ávila decide tomar para esposa sua outra sobrinha, Leonor Pereira, irmã de Isabel. Mas não abandonou a campanha contra os índios e como seu pai e avô, desentendeu-se com missionários. Um deles foi o frei francês Martin de Nantes, que administrava os cariris situados em Pambu e Uracapá, ilhas do São Francisco, em sesmarias pertencentes à Casa da Torre. Nantes acusou o coronel de tomar as ilhas sob a justificativa de que lhe foram dadas pelo rei, alocar nelas cavalos, que nem eram seus, que acabaram com as plantações. Francisco Dias d'Ávila então viajou a Salvador e acusou ao Governador Roque da Costa Barreto que o capuchinho aliciava os

⁶ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Livro dos Irmãos.

índios quiriris em favor do rei da França. Toda a contenda foi narrada com detalhes pelo frei em sua “Relação de uma missão no Rio São Francisco” (NANTES, 1979).

Em 1684 nasceu seu filho, o Garcia d’Ávila Pereira e, em 1686, foi nomeado para suceder a Pedro Camelo de Aragão no posto de Coronel das Ordenanças da Bahia. Em 1688 a chamada “Guerra dos Bárbaros”⁷ continuava. Francisco Dias d’Ávila recebe então do governador provisório frei Manuel da Ressurreição, a patente de capitão mor dos Tamaquins, para que fosse resguardar a capitania do Rio Grande, o que alcança, não sem a ajuda de Domingos Jorge Velho. Em 1691 o então governador Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho passou a ele a patente de mestre de campo para desempenhar missão de reprimir os tapuias que fugiram para a serra da Goabapa, no Maranhão.

Mais tarde, entre outras expedições ele viajou novamente em campanha ao Maranhão, de onde retornou bastante debilitado. Moniz Bandeira (2000, p.194) supõe que ele veio a falecer no fim de 1693 ou começo de 1694, com 45 ou 46 anos e que foi sepultado na capela da Torre. O livro primeiro da tumba da Santa Casa de Misericórdia aponta a morte de um Francisco Dias na data de vinte e três de junho de 1693, contudo não há outra fonte que confirme que seja esta a data de sua morte nem que seja este o mesmo Francisco Dias, o d’Ávila.

O presente texto é um conjunto de excertos do projeto de pesquisa no qual nos propomos a fazer uma análise da trajetória do segundo Francisco Dias d’Ávila, sem nos furtar de inseri-lo em sua superfície social, atentando às variáveis que o influenciaram - sem, no entanto, lhe tirarem a faculdade de guiar sua própria vida - e para o modo como o seu percurso ilustra os métodos de conquista dos sertões e a cultura política do império português da época moderna.

Em 1919 Francisco Borges de Barros publicou *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*, obra em que dedica algumas páginas aos Garcias e Franciscos d’Ávila e às tramas da Casa da

⁷ Puntoni (2002) define a Guerra dos Bárbaros como uma série de conflitos heterogêneos que ocorreram ao longo da segunda metade do século XVII, na região do sertão norte e que envolveram índios, missionários, soldados e agentes da coroa portuguesa.

Torre. Em 1935 foi a vez de Urbino Viana dedicar um capítulo aos Ávilas e outro especialmente ao Francisco Dias d'Ávila (o segundo) em sua obra *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. Mas foi Pedro Calmon, em 1939, o primeiro a se dedicar mais profundamente à trajetória dos Ávilas, em sua obra *A História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, também com um capítulo todo dedicado ao segundo Francisco. Não é à toa que Viana e Calmon deram especial atenção ao Coronel Francisco Dias, sobre seus caminhos e ações é possível encontrar extensa documentação em arquivos baianos, cariocas e portugueses.

Há, contudo, nessas primeiras publicações, o revés da datação, o fetiche das fontes e a tentativa de invenção de heróis. Calmon fala de um “Francisco Dias: O Grande”, tal qual um Alexandre. Essa historiografia, não fugindo da regra de seu tempo, tenta exaltar grandes homens, dando espaço menor para o exame crítico das fontes. Seis décadas mais tarde, na onda de comemorações (ou anticomemorações) dos quinhentos anos da chegada de Cabral que marcaram a virada do milênio e impulsionaram uma renovação no interesse pela história colonial (SCHWARTZ, 2009), Moniz Bandeira publica *O feudo*. O mais completo estudo sobre A Casa da Torre, a obra de Bandeira atravessa com primor três séculos de atividades do morgado dos Ávilas, da conquista dos sertões à independência do Brasil. Em sua ambiciosa empreitada, Bandeira não se ateu aos pormenores, até porque não era essa a sua proposta, mas nos deixa pistas de fontes e vazios a preencher. Uma análise mais profunda, ampliando a lente histórica através da biografia desse sertanista em particular, dando atenção às minúcias que o estudo da trajetória individual permite enxergar, acreditamos que se tornaria possível observar, por um diferente ângulo, as características da cultura política portuguesa na Época Moderna em sua vertente colonial, as entradas nos sertões nordestinos, a gênese da nobreza da terra e as disputas entre senhores, indígenas e religiosos que ocorreram com intensidade no período considerado.

É certo que uma das barreiras para os estudos inseridos no seiscentos é o estado de conservação das fontes, mas estas podem ser contornadas pelos serviços de microfilmagem dos arquivos, pelos projetos de digitalização de documentos, e também graças às transcrições que podem ser encontradas em periódicos de revistas especializadas, anais e compilações diversas.

2. Considerações sobre o gênero biográfico

“A vida é uma história contada por um idiota. Uma história cheia de som e de fúria, mas desprovida de significação.” (MACHBETH) O sociólogo Pierre Bourdieu cita esta definição shakespeariana em seu ensaio “A ilusão biográfica” (1998) para ilustrar seu argumento de que produzir uma história de vida conformando-se com a tradição literária que trata uma trajetória individual como um encadeamento de fatos munido desde o início de sentido, direção, lógica e coerência é cair em uma ilusão retórica. O real é fora de propósito, aleatório. Mesmo adotando, por exemplo, o nome próprio como um “designador rígido” (nas palavras de Bourdieu, uma identidade social constante e durável), como uma linha guia para a investigação da trajetória de vida de um sujeito, é possível que se sucumba ao erro, como ocorreu, por exemplo, com Pedro Calmon (1939, p. 89) - e que bem observou Moniz Bandeira (2000) - ao afirmar que o Senhor da Torre de Tatuapara, Francisco Dias d’Ávila, recebera uma patente em dezembro de 1660 autorizando-o a “dar num mocambo de negros” e outra patente em fevereiro de 1662 para castigar nativos rebeldes. Calmon levou em consideração apenas o nome citado nas fontes, Francisco Dias, que certamente era outro, já que o Francisco Dias d’Ávila deveria ter em 1660 e 1662, 12 e 14 anos de idade, respectivamente, sendo, portanto muito jovem para receber qualquer espécie de patente do governo.

Bourdieu avança em seus argumentos e apresenta uma segunda ilustração. Ele diz que tentar compreender uma vida como uma série de eventos contínuos que têm como única conexão um sujeito e como constante apenas o nome próprio é tão equivocado quanto “tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações” (p. 189). A solução consiste em, inicialmente - antes de qualquer tentativa de compreender o “envelhecimento social” ou até mesmo de avaliar a “superfície social” (1989, p. 190) de um indivíduo -, construir a paisagem social na qual o sujeito biografado está inserido, assim como perceber o conjunto de relações que o vinculam aos outros agentes deste mesmo cenário.

Giovanni Levi, escrevendo sobre o tema três anos após Bourdieu, concorda com ele quanto à necessidade da construção do contexto e acrescenta que “A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia” (2006, p. 168)⁸. E, indo além, propõe uma tipologia das abordagens. São quatro as categorias sugeridas por ele: A prosopografia (ou biografia modal), que se preocupa com a trajetória individual apenas quando esta representa uma tendência estatisticamente frequente e usa dados biográficos para construir a história de uma época ou de uma classe, como uma espécie de biografia coletiva. A biografia dos casos extremos, que lança luz sobre as margens da sociedade, mostrando o quanto podem ser representativas também as exceções. A biografia relacionada à hermenêutica, que foi salientada pela antropologia e que encara a biografia como um campo “perigosamente relativista”, onde não se pode alcançar a verdade, apenas a interpretação - os antropólogos inclusive rejeitam o termo biografia, preferindo falar em “trajetórias”, afirma Vavy Pacheco (2005, p. 203-233), enquanto os historiadores falam em biografia, sem maiores problemas. E, finalmente, a biografia relacionada ao contexto, ele diz que nessa categoria se encaixam as biografias tradicionais, que valorizam mais o meio e a ambiência, para que se possam interpretar os reveses biográficos à luz da conjuntura, podendo o biógrafo inclusive completar lacunas na trajetória fazendo analogias a outras biografias de indivíduos que compartilharam o mesmo meio.

Corroborando os pensamentos de Bourdieu e de Levi, Pacheco (2005), afirma que a biografia científica - aquela de caráter histórico, que se fundamenta em fontes e tem metodologia bem definida -, não pode ser construída sem que se preste a devida atenção “aos condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou os grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia”. Acrescenta ainda que para escrever a história de uma vida, é necessário um impulso e é preciso aceitar o desafio, e que as melhores biografias são aquelas em que o autor está presente, que a narração é construída acompanhando seu percurso de pesquisa. O historiador terá sucesso na produção de biografias

⁸O ensaio de Levi, assim como o de Bourdieu, não foi publicado originalmente no mesmo ano da referida obra. Ambos foram publicados anteriormente, o de Bourdieu em 1986 e o de Levi em 1989.

se ele for um bom narrador. A pesquisa e a compreensão serão os passos iniciais, a boa narrativa, envolvente, é -segundo ela - o final.

Seguindo essa linha, as historiadoras Maria de Fátima Silva Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos, em seu artigo “Cultura política nas dinâmicas das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII” (2007), utilizaram a trajetória de um militar, burocrata e mercador que viveu na segunda metade do século XVII, para observar os principais elementos da cultura política⁹ do Império ultramarino português da época. Importante conceito para o desenvolvimento da nova História Política, cultura política pode ser entendida como uma “leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivida em conjunto por determinado grupo social” (GOUVÊA E SANTOS, 2007, p. 92). A cultura política permite, entre outras coisas, “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p. 30.).

Através da reflexão de Foucault a respeito dos chamados micropoderes (FOUCAULT, 1977) (locais, descontínuos e dispersos), Gouvêa e Santos perceberam e evidenciaram como a fragmentação do poder que mantinha de pé o Estado estava exemplificada na vida daquele sujeito. “O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado”, afirmou Foucault (1977, p. 221). Entre as ocasiões em que Francisco Dias d’Ávila se desentendeu com missionários, o caso relatado pelo padre Martin de Nantes - em relação já citada-, que ele demonstra que, a despeito de suas denúncias e das ordens de governadores, este não freou seus avanços sobre terras indígenas, demonstra a dimensão desses micropoderes. E também evidencia como o braço da administração do Império não era suficientemente grande para alcançar de forma direta a imensidão de seus territórios.

Os documentos identificados nos arquivos visitados nos fornecem indícios da relevância, desde muito jovem, de Francisco Dias d’Ávila perante os governantes, além da dinâmica da administração colonial, do funcionamento do sistema de mercês e da formação

⁹ Elas indicam a definição de cultura política como uma “leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivida em conjunto por determinado grupo social” (GOUVÊA E SANTOS, 2007, p. 92).

da chamada nobreza da terra, a elite que formava-se no Brasil (que incluía senhores terras e de escravos) e que adería a valores e práticas de Antigo Regime. Para Bicalho (2005), a formação dessa nobreza da terra foi possível devido ao novo campo de possibilidades de prestação de serviços à coroa em troca de retribuições diversas, incluindo terras, patentes ou títulos diversos, que cresceu com as conquistas ultramarinas.

As cartas, reais ou não, as patentes concedidas, as petições e mercês, nos mostram, além da reiterada participação de Francisco Dias nas entradas pelos sertões do Norte, como ele estava inserido num sistema de trocas em que serviços prestados à Coroa rendiam patentes e favores que, no âmbito da administração portuguesa, resultavam em cadeias de nomeações intermináveis. Além disso, a partir das cartas e petições referentes ao episódio do rapto de sua sobrinha Isabel, em que sua irmã Catarina Fogaça esteve no centro das alterações, é possível observar os poderes relacionais presentes na colônia, no momento em que o rapto se torna uma contenda política de caráter público. O estudo da trajetória de Francisco Dias d'Ávila pode nos dar, entre outras coisas, uma visão mais acurada das relações de poder no Império Ultramarino Português dos seiscentos.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARROS, Francisco Borges de. **Bandeirantes e sertanistas bahianos**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, Mercês e Poder Local a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime" In: **Almanack Brasiliense**, São Paulo, 2, nov, 2005, p. 21-34.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-233.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: Uma dinastia de Pioneiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- DORIA, Francisco Antonio. **Caramuru e Catarina: lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GOUVEA e SANTOS. "Cultura política nas dinâmicas das redes imperiais portuguesas". In: **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame**. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). São Paulo: USP, 2014. (Dissertação de mestrado)
- HOLANDA, Gastão de; GONDIM, Adenor. **A Casa da Torre de Garcia D'Ávila**. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fgv, 2006.

LEVILAIN, PHILIPPE. "Os protagonistas: da biografia". In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MAGALHÃES, Basílio de. A conquista do Nordeste no século XVII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 139, p.287-308, jan. 1919.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: Família e Poder no Nordeste Colonial**. São Paulo: USP, 2003. (Doutorado)

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. "História e biografia". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B.. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno.: Tendências e desafios das duas últimas décadas. **História: Questões e Debates.**, Curitiba, v. 50, p.175-216, jun. 2009.

STUDART, Barão de - "O padre Martin de Nantes e o Coronel Francisco Dias d'Ávila", In **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XLV, 1931, p. 37-57.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Nacional, 1935.